



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA

### PORTARIA Nº 16.428, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a instituição e a publicação do Parecer Jurídico Referencial nº 002/2025 e estabelece diretrizes para sua aplicação.

**HELOISA ANTUNES DE FARIA SANTOS**, Prefeita Municipal da Estância Turística de Paraibuna, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformizar entendimentos jurídicos e racionalizar a atuação da consultoria jurídica em matérias repetitivas e de baixo risco,

**CONSIDERANDO** o volume de processos administrativos que versam sobre a matéria **"Licença-prêmio Por Assiduidade dos servidores públicos efetivos da Estância Turística de Paraibuna"**, o que impacta a celeridade dos serviços administrativos;

**CONSIDERANDO** a pertinência e a adequação do Parecer Jurídico Referencial nº 002/2025, como instrumento de orientação jurídica para a Administração, cujas exigências legais se restringem à conferência de documentos e ao atendimento de requisitos objetivos;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Instituir e publicar o Parecer Jurídico Referencial nº 002/2025, que consolida a orientação jurídica sobre matéria **"Licença-prêmio Por Assiduidade dos servidores públicos efetivos da Estância Turística de Paraibuna"**, no âmbito da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraibuna.

**Parágrafo único** - O inteiro teor do Parecer Jurídico Referencial nº 002/2025 estará disponível no Diário Eletrônico do Município, <https://paraibuna.sp.gov.br/diario-oficial-eletronico/diario-oficial-eletronico> e nos autos do processo administrativo SEI nº 3535606.413.00015534/2025-21, documento nº 0700231.

**Art. 2º** - A existência do Parecer Referencial nº 002/2025 dispensa a remessa de processos para análise jurídica individualizada pela Procuradoria Geral do Município, desde que a autoridade competente do setor demandante ateste, de forma expressa, o integral atendimento dos parâmetros e pressupostos estabelecidos no referido parecer.

**§ 1º** - O atesto de que trata o caput deverá ser formalizado por meio de Certidão a ser juntado obrigatoriamente aos autos do processo administrativo.

**§ 2º** - Permanecendo dúvidas jurídicas específicas no caso concreto, o processo deverá ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município, com a delimitação clara dos questionamentos, para exame individualizado.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraibuna, 15 de dezembro de 2025.

**HELOISA ANTUNES DE FARIA SANTOS**

Prefeita Municipal



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Antunes de Faria Santos, Prefeita Municipal**, em 15/12/2025, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/sjcampos/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/sjcampos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0708827** e o código CRC **9994BA5B**.